

DISCURSO PROFERIDO PELO MINISTRO CELSO DE MELLO..., EM 29/04/2009, POR OCASIÃO DO TRANSCURSO DO PRIMEIRO ANO DE MANDATO DO SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES COMO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

O registro das efemérides, Senhor Presidente e Senhores Ministros, constitui um exercício importante na vida das Instituições, pois permite relembrar eventos relevantes cuja rememoração, por isso mesmo, há de sempre merecer um especial destaque.

É por isso, Senhor Presidente, que desejo ressaltar a ocorrência de fato revestido de alta significação na vida desta Suprema Corte.

Refiro-me à passagem do primeiro aniversário da Presidência de Vossa Excelência à frente do Supremo Tribunal Federal, pontuada por eventos impregnados de elevado sentido

institucional e de positivas conseqüências no processo de administração da justiça em nosso País.

Quando da posse de Vossa Excelência na Presidência desta Suprema Corte, salientei que incumbe, ao Supremo Tribunal Federal, o desempenho do dever que lhe é inerente: o de velar pela integridade dos direitos fundamentais de todas as pessoas, o de repelir condutas governamentais abusivas, o de conferir prevalência à essencial dignidade da pessoa humana, o de fazer cumprir os pactos internacionais que protegem os grupos vulneráveis expostos a práticas discriminatórias e o de neutralizar qualquer ensaio de opressão estatal.

Acentuei, então, Senhor Presidente, que esta Suprema Corte possui a exata percepção dessa realidade e tem, por isso mesmo, no desempenho de suas funções, um grave compromisso com o Brasil e com o seu povo, e que consiste em preservar a intangibilidade da Constituição que nos governa a todos, sendo este Tribunal o garante da integridade da ordem constitucional, impedindo, assim, com atuação firme e independente, que razões de mero pragmatismo ou de mera simples conveniência de grupos, instituições ou estamentos prevaleçam e deformem o significado da própria Lei Fundamental.

O que me parece de fundamental importância, Senhor Presidente, notadamente agora, em que se comemora registra o primeiro aniversário da administração de Vossa Excelência à frente desta Corte, é reafirmar, perante os cidadãos desta República e os demais Poderes do Estado, o compromisso de o Supremo Tribunal Federal de não jamais renunciar ao exercício do encargo de guardião da Constituição, pois, se esta Suprema Corte **falhar** no desempenho da **gravíssima** atribuição que lhe foi outorgada, a integridade do sistema político, a proteção das liberdades públicas, a estabilidade do ordenamento normativo do Estado, a segurança das relações jurídicas e a legitimidade das instituições da República restarão profundamente comprometidas.

É preciso reconhecer, Senhor Presidente, que o Supremo Tribunal Federal, na linha de suas melhores tradições, tem sido fiel não só às premissas **e** aos princípios que informam a ordem jurídica **fundada** no Estado Democrático de Direito, mas, igualmente, aos objetivos fundamentais da República, como se vê de notável construção jurisprudencial que se consubstanciou em verdadeira *jurisprudência das liberdades*, cujo processo de formulação resultou de legítima resposta jurisdicional, dada por esta Suprema Corte, a injustos

ataques perpetrados, arbitrariamente, por agentes do próprio aparato estatal, contra o núcleo de valores que conferem identidade e essência ao texto da Constituição.

Na realidade, esta Corte Suprema tem permanecido vigilante na proteção aos direitos e garantias fundamentais de qualquer cidadão.

É preciso que fique claro, Senhor Presidente, que esta Suprema Corte não julga em função da qualidade das pessoas ou de sua condição econômica, política, social ou funcional.

O Supremo Tribunal Federal é mais importante do que todos e cada um de seus Ministros. Cabe-nos, desse modo, como Juízes da Suprema Corte, velar pela integridade de suas altas funções, sendo-lhe fiéis no desempenho da missão constitucional que lhe foi delegada.

É por isso que jamais poderemos transigir em torno de valores inderrogáveis como a respeitabilidade institucional, a dignidade funcional e a integridade desta Corte Suprema.

Importantíssimas decisões, Senhor Presidente, foram **proferidas**, neste **último** ano, pelo Supremo Tribunal Federal, **todas** com imensa repercussão sobre a vida dos cidadãos desta República, **bem assim** sobre as próprias Instituições do Estado, **em clara demonstração** de que os julgamentos desta Corte Suprema, **sempre** pautados pela consciência responsável de seus Juízes, **encontram** fundamento, referência e parâmetro, **unicamente**, no texto da Constituição da República, **de cuja interpretação** este Tribunal **tem** "o *monopólio da última palavra*".

Vale destacar, dentre esses julgamentos **ocorridos** sob a presidência de Vossa Excelência - **e que só fazem confirmar** as sábias palavras do **eminente** Ministro CARLOS BRITTO, de que o Supremo Tribunal Federal "**é uma Casa de realização de destinos**" -, **algumas relevantíssimas decisões** que exerceram **notável** impacto na vida deste País, na de suas Instituições e na de seu próprio povo, **como aquelas referentes à controvérsia sobre as pesquisas científicas** com as células-tronco embrionárias, **a inconstitucionalidade** do nepotismo, **a limitação** do uso de algemas, **a insubsistência** da prisão civil do depositário infiel, **com o conseqüente reconhecimento** da primazia dos tratados internacionais de direitos humanos sobre a legislação infraconstitucional brasileira, **a repulsa à inelegibilidade** de

candidatos **antes** do trânsito em julgado da condenação **e a impossibilidade** de execução provisória da sentença penal condenatória, **em respeito**, em ambos os casos, ao postulado constitucional do estado de inocência, **a demarcação** da terra indígena Raposa/Serra do Sol **e o cabimento** de ação direta de inconstitucionalidade **contra** medidas provisórias sobre créditos extraordinários.

Impõe-se lembrar, ainda, **alguns** eventos extremamente relevantes **que se produziram** ao longo do **primeiro ano** da administração de Vossa Excelência como Presidente do Supremo Tribunal Federal **e cujo registro** torna-se digno de menção nos anais desta Suprema Corte.

Refiro-me, Senhor Presidente, **dentre** esses fatos de grande relevo político-institucional **e** administrativo, **às seguintes realizações**:

- "- **Ingresso** do Brasil, **representado** pelo Supremo Tribunal Federal, **como membro permanente** da Comissão de Veneza (Comissão para a Democracia por meio do Direito - órgão consultivo do Conselho da Europa);
- **Eleição** do Brasil como País-sede da II Conferência Mundial de Cortes Constitucionais;

- **Representação** do Brasil em 15 eventos internacionais multilaterais **e** 12 Bilaterais;
- **Divulgação das principais decisões** do Supremo Tribunal Federal **nos bancos de dados** CODICES (Comissão de Veneza); **GLIN** (Biblioteca do Congresso Norte-Americano); **Conferência Ibero-Americana e MERCOSUL**;
- **Edição** de 11 novas Súmulas Vinculantes;
- **Repercussão Geral**: 128 controvérsias constitucionais com repercussão geral reconhecida (40 já julgadas) **e** 33 casos de repercussão geral afastada (**total apreciado**: 161);
- **Sensível redução** do número de processos protocolados, autuados e distribuídos:

PROCESSOS	23.04.2007 a 22.04.2008	23.04.2008 a 22.04.2009	%
PROTOCOLADOS	119.787	89.888	-25%
AUTUADOS	102.569	60.058	-41%
DISTRIBUÍDOS	96.419	54.342	-44%

- **Realização** de 2 Encontros Nacionais em que representados **todos** os tribunais do País (estaduais, federais, trabalhistas, eleitorais e superiores) **e em que estabelecidas** metas concretas para todo o Poder Judiciário;
- **Celebração** de novo Pacto Republicano para continuação da bem-sucedida reforma do Judiciário;
- **Contratação** de 15 auxiliares egressos do sistema prisional;
- **Criação** da Central do Cidadão **que já recebeu** mais de 20.000 comunicações;
- **Instituição** de programas que treinaram **mais** de 700 servidores;
- **Nomeação**, mediante prévia aprovação em concurso público de provas e títulos, de 164 novos servidores;
- **Criação** de Faixa Educativa na TV Justiça;
- **Reestruturação** da Secretaria Judiciária **para (i)** classificação e tratamento dos recursos sujeitos à repercussão geral **e (ii)** processamento acelerado das ações penais;

- Organização de 8 mutirões carcerários em 5 Estados diferentes (RJ, PI, MA, PA e AL), com a libertação de mais de 2.000 presos em situação irregular (equivalente a 5 presídios de médio porte);
- Instituição do Intercâmbio de magistrados em que juízes provenientes de Estados-partes do MERCOSUL conheceram, por 30 dias, o Judiciário Brasileiro;
- Edição, pela Secretaria de Documentação, da valiosa publicação 'A Constituição e o Supremo', contendo as mais importantes decisões desta Corte Suprema sobre o texto de nossa Lei Fundamental."

Também são inúmeras as realizações que o Conselho Nacional de Justiça empreendeu, após abril de 2008, sob a Presidência de Vossa Excelência, período no qual se desenvolveram importantes atividades, notadamente no âmbito do diálogo institucional com todos os Tribunais brasileiros, de que resultou a adoção de passos significativos no sentido da atuação conjunta de magistrados e demais órgãos do Poder Judiciário, com o propósito de tornar o sistema de administração da justiça mais eficiente, mais moderno, mais transparente e, sobretudo, mais acessível ao alcance dos cidadãos, especialmente dos cidadãos necessitados e despossuídos.

Destaco, por seu relevo, aquelas medidas que objetivam universalizar o acesso pleno dos cidadãos à assistência judiciária, bem assim a instituição da Rede de Promoção e Defesa de Direitos Fundamentais, em clara demonstração de que não são meramente teóricas

ou acadêmicas as preocupações de Vossa Excelência **com um tema tão sensível e caro** às tradições do Poder Judiciário nacional e à preservação da integridade da ordem democrática, pois, com essa Rede, potencializam-se as ações de entidades e organizações não-governamentais que atuam no âmbito de proteção e amparo aos direitos fundamentais, como a defesa dos grupos vulneráveis, dos despossuídos, da mulher, de pessoas portadoras de necessidades especiais, de crianças, adolescentes e idosos e daqueles que, **por descaso ou desaparecimento** do Poder Público, **sofrem** a opressão e a ignomínia do cárcere, **completamente desassistidos e incompreensivelmente postos** à margem do sistema jurídico.

Tais medidas - como a Resolução para permitir o controle das prisões temporárias e a instituição do Núcleo de Advocacia Voluntária - são, na realidade, a concretização de algumas preocupações que Vossa Excelência já revelara em seu discurso de posse **na presidência** do Conselho Nacional de Justiça, quando salientou que, *"Ainda hoje nos debatemos com dificuldades para identificar as efetivas condições jurídicas de nossa população carcerária. E, a todo momento, a imprensa noticia casos que chocam a todos, como os de menores recolhidos em prisões de adultos e outros atentados inadmissíveis às garantias individuais dos cidadãos.*

Acredito, que, nessa seara, o Conselho, com sua capacidade de análise e de crítica, atuará em parceria com os demais órgãos públicos responsáveis, de forma a mudar, de vez, essa triste realidade".

Daí, Senhor Presidente e Senhores Ministros, consideradas as realizações empreendidas no âmbito do Conselho Nacional de Justiça sob a Presidência do eminente Ministro GILMAR MENDES, a radiografia do sistema penitenciário apresentada no 2º Encontro Nacional do Judiciário e que divulgou dados extremamente preocupantes, pois se constatou, em diagnóstico revelador das profundas deficiências do sistema prisional brasileiro, que, além da superlotação penitenciária em todos os Estados-membros da Federação brasileira, não há, nas unidades prisionais, separação entre presos condenados definitivamente e presos provisórios, nem existe, de modo satisfatório, assistência judiciária ou orientação jurídica integral para os detentos necessitados e desprovidos de condições financeiras adequadas, tanto quanto falta, no universo penitenciário brasileiro, o efetivo cumprimento, pelo Poder Público, de obrigações que lhe foram impostas pela Constituição e pela Lei de Execução Penal, como a adoção de medidas que viabilizem a prática laboral, a educação e a capacitação profissional dos sentenciados, sem se falar na inaceitável omissão dos órgãos estatais que permitem a anômala e

intolerável situação de réus que, embora já havendo cumprido a sua pena, ainda continuam presos, porque destituídos de qualquer amparo de ordem jurídica.

Muito mais poderia ser lembrado, nesta ocasião, Senhor Presidente, quando se completa o primeiro ano de mandato de Vossa Excelência à frente do Supremo Tribunal Federal.

Tenho para mim, no entanto, que alguns dos eventos e realizações que relatei representam, só por si, a atestação, Senhor Presidente, de sua atuação como magistrado responsável e fiel ao interesse público e à causa da justiça, e que será capaz, por isso mesmo, de superar - como já o vem fazendo - os graves desafios e problemas que tanto afligem o Poder Judiciário em nosso País, formulando idéias e implementando projetos, em comunhão solidária com os Juízes que integram esta Suprema Corte e em harmonia com os demais Poderes da República, em ordem a estabelecer, em favor da cidadania, um sistema de administração da justiça que se revele processualmente célere, tecnicamente eficiente, politicamente independente e socialmente eficaz.

Renovo-lhe, agora, Senhor Presidente, em meu nome, no momento em que se completa o **primeiro ano** de seu mandato à frente desta Corte, os votos de saudação, de apreço e de plena confiança que lhe apresentei **quando** de sua posse, **há um ano**, na Presidência do Supremo Tribunal Federal.

Nem se censure eventual ativismo judicial exercido por esta Suprema Corte, **especialmente** porque, **dentre** as inúmeras causas **que justificam** esse comportamento afirmativo do Poder Judiciário, **de que resulta** uma positiva criação jurisprudencial do direito, **inclui-se a necessidade** de fazer prevalecer **a primazia** da Constituição da República, **muitas vezes** transgredida e desrespeitada por pura, simples e conveniente omissão dos poderes públicos.

Na realidade, o Supremo Tribunal Federal, **ao suprir as omissões inconstitucionais** dos órgãos estatais **e ao adotar** medidas que objetivem restaurar a Constituição violada **pela inércia** dos poderes do Estado, **nada mais faz** senão cumprir a sua missão constitucional **e demonstrar**, com esse gesto, o respeito incondicional que tem pela autoridade da Lei Fundamental da República.

Práticas de ativismo judicial, Senhor Presidente, **embora** moderadamente desempenhadas por esta Corte em momentos excepcionais, **tornam-se uma necessidade institucional**, quando os órgãos do Poder Público se omitem **ou** retardam, excessivamente, o **cumprimento** de obrigações a que estão sujeitos **por expressa determinação** do próprio estatuto constitucional, **ainda mais se se tiver presente** que o Poder Judiciário, **tratando-se** de comportamentos estatais **ofensivos** à Constituição, **não pode se reduzir** a uma posição de pura passividade.

A omissão do Estado - que deixa de cumprir, em maior ou em menor extensão, a imposição ditada pelo texto constitucional - qualifica-se como comportamento revestido da maior gravidade político-jurídica, **eis que**, mediante inércia, o Poder Público também desrespeita a Constituição, também ofende direitos que nela se fundam e também impede, por ausência (ou insuficiência) de medidas concretizadoras, a própria aplicabilidade dos postulados e princípios da Lei Fundamental.

O fato inquestionável é um só: a inércia estatal em tornar efetivas as imposições constitucionais traduz inaceitável

gesto de desprezo pela Constituição e configura comportamento que revela um incompreensível sentimento de despreço pela autoridade, pelo valor e pelo alto significado de que se reveste a Constituição da República.

Nada mais nocivo, perigoso e ilegítimo do que elaborar uma Constituição, sem a vontade de fazê-la cumprir integralmente, ou, então, de apenas executá-la com o propósito subalterno de torná-la aplicável somente nos pontos que se mostrarem convenientes aos desígnios dos governantes, em detrimento dos interesses maiores dos cidadãos.

De outro lado, Senhor Presidente, a crescente judicialização das relações políticas em nosso País resulta da expressiva ampliação das funções institucionais conferidas ao Judiciário pela vigente Constituição, que converteu os juízes e os Tribunais em árbitros dos conflitos que se registram na arena política, conferindo, à instituição judiciária, um protagonismo que deriva naturalmente do papel que se lhe cometeu em matéria de jurisdição constitucional, como o revelam as inúmeras ações diretas, ações declaratórias de constitucionalidade e arguições de descumprimento de preceitos fundamentais ajuizadas pelo Presidente da

República, pelos Governadores de Estado e pelos partidos políticos, **agora incorporados** à "*sociedade aberta dos intérpretes da Constituição*", **o que atribui** - considerada essa visão pluralística do processo de controle de constitucionalidade - **ampla legitimidade democrática** aos julgamentos proferidos pelo Supremo Tribunal Federal, **inclusive** naqueles casos em que esta Suprema Corte, **regularmente** provocada por grupos parlamentares minoritários, **a estes reconheceu** - pelo fato de o direito das minorias compor o próprio estatuto do regime democrático - **o direito** de investigação mediante comissões parlamentares de inquérito, **tanto quanto proclamou**, em respeito à vontade soberana dos cidadãos, **o dever de fidelidade partidária** dos parlamentares eleitos, **assim impedindo** a deformação do modelo de representação popular.

Ninguém ignora que o regime democrático, **analisado** na perspectiva das delicadas relações entre o Poder e o Direito, **não tem condições** de subsistir, **quando** as instituições políticas do Estado **falharem** em seu **dever de respeitar** a Constituição e as leis, **pois**, sob esse sistema de governo, **não poderá jamais prevalecer** a vontade **de uma só** pessoa, **de um só** estamento, **de um só** grupo ou, ainda, **de uma só** instituição.

Não se desconhece, de outro lado, Senhor Presidente, que o **controle** do poder constitui uma **exigência** de ordem político-jurídica **essencial** ao regime democrático.

Ainda que em seu **próprio** domínio institucional, **nenhum** órgão estatal pode, **legitimamente**, pretender-se **superior** ou supor-se **fora** do alcance da autoridade suprema da Constituição Federal.

É que o poder **não se exerce** de forma ilimitada. No Estado democrático de Direito, **não há lugar** para o poder absoluto.

Como sabemos, o sistema constitucional brasileiro, **ao consagrar o princípio da limitação de poderes**, teve por objetivo instituir modelo destinado a **impedir** a formação de **instâncias hegemônicas de poder** no âmbito do Estado, **em ordem a neutralizar**, no plano político-jurídico, a possibilidade de **dominação institucional** de **qualquer** dos Poderes da República (**ou daqueles** que os integram) **sobre** os demais órgãos e agentes da soberania nacional.

É imperioso assinalar, em face da alta missão de que se acha investido o Supremo Tribunal Federal, **que os desvios jurídico-constitucionais** eventualmente praticados **por qualquer** instância de

poder - **mesmo quando** surgidos no contexto de processos políticos - **não se mostram imunes** à fiscalização judicial **desta** Suprema Corte, **como se** a autoridade e a força normativa da Constituição e das leis da República pudessem, **absurdamente**, ser neutralizadas por meros juízos de conveniência ou de oportunidade, **não importando** o grau hierárquico do agente público **ou** a fonte institucional de que tenha emanado **o ato transgressor** de direitos e garantias assegurados **pela própria** Lei Fundamental do Estado.

O que se mostra importante reconhecer e reafirmar, Senhor Presidente, **é que nenhum Poder da República tem legitimidade para desrespeitar** a Constituição **ou para ferir** direitos públicos e privados de seus cidadãos.

Isso significa, na fórmula política do regime democrático, **que nenhum dos Poderes** da República **está acima** da Constituição e das leis. **Nenhum** órgão do Estado - **situe-se** ele no Poder Judiciário, no Poder Executivo ou no Poder Legislativo - **é imune** ao império das leis e à força hierárquico-normativa da Constituição.

Constitui função do Poder Judiciário **preservar e fazer respeitar** os valores **consagrados** em nosso sistema jurídico,

especialmente aqueles proclamados em nossa Constituição, **em ordem a viabilizar** os direitos reconhecidos aos cidadãos, **tais como** o direito de exigir que o Estado **seja dirigido** por administradores íntegros, por legisladores probos e por juízes incorruptíveis, **pois o direito ao governo honesto traduz uma prerrogativa insuprimível da cidadania.**

É preciso, pois, reafirmar a soberania da Constituição, **proclamando-lhe** a superioridade **sobre todos** os atos do Poder Público **e sobre todas** as instituições do Estado, **o que permite reconhecer**, no contexto do Estado Democrático de Direito, **a plena** legitimidade da atuação do Poder Judiciário **na restauração** da ordem jurídica lesada **e, em particular, a intervenção** do Supremo Tribunal Federal, **que detém**, em tema de interpretação constitucional, **e por força** de expressa delegação que lhe foi atribuída pela própria Assembléia Nacional Constituinte, **o monopólio da última palavra**, de que já falava RUI BARBOSA, **em discurso parlamentar** que proferiu, **como Senador da República**, em 29 de dezembro **de 1914**, em resposta ao Senador gaúcho Pinheiro Machado, **quando RUI definiu**, com precisão, **o poder** desta Corte em matéria constitucional, **dizendo**:

"(...) **Em tôdas** as organizações políticas ou judiciais **há sempre** uma autoridade extrema para errar em último lugar.

.....
O **Supremo Tribunal Federal**, Senhores, **não sendo infalível, pode errar**, mas a alguém **deve ficar** o direito de errar **por último**, de decidir **por último**, de dizer alguma coisa que deva ser considerada como erro ou como verdade." (grifei)

A **importância** do Poder Judiciário na estrutura institucional **em que se organiza** o aparelho de Estado **assume** significativo relevo político, histórico e social, **pois não há**, na história das sociedades políticas, **qualquer** registro de um Povo, que, **despojado** de um Judiciário independente, **tenha conseguido** preservar os seus direitos e conservar a sua própria liberdade.

É significativo que se discuta, portanto, o tema pertinente aos direitos humanos, **pois se comemora**, neste ano, o **60º aniversário** da promulgação, pela III Assembléia Geral da ONU, **especialmente** reunida, para esse fim, em Paris, da Declaração Universal dos Direitos da Pessoa Humana.

Esse estatuto das liberdades públicas **representou**, no cenário internacional, **importante** marco histórico **no processo** de consolidação **e** de afirmação dos direitos fundamentais da pessoa

humana, **pois refletiu**, nos trinta artigos que lhe compõem o texto, **o reconhecimento solene**, pelos Estados, de que todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos, são dotadas de razão e consciência e titularizam prerrogativas jurídicas inalienáveis que constituem o fundamento da liberdade, da justiça e da paz universal.

Com essa proclamação formal, os Estados componentes da sociedade internacional - **impulsionados** pelo estímulo originado de um insuprimível senso de responsabilidade **e conscientes** do ultraje representado pelos atos hediondos cometidos pelo regime nazi-fascista e pelos gestos de desprezo e de desrespeito sistemáticos praticados pelos sistemas totalitários de poder - tiveram a percepção histórica de que era preciso forjar as bases jurídicas e éticas **de um novo modelo** que consagrasse, **em favor** das pessoas, a posse da liberdade em todas as suas dimensões, **assegurando-lhes** o direito de viverem protegidas do temor e a salvo das necessidades.

O Brasil - que subscreveu esse documento extraordinário no próprio ato de sua promulgação - **ainda está em débito** com o seu povo **na efetivação** das promessas essenciais contidas na Declaração Universal, **cujo texto**, mais do que simples repositório de verdades

fundamentais e de compromissos irrenunciáveis, **deve constituir**, no plano doméstico dos Estados nacionais, **o instrumento de realização permanente** dos direitos e das liberdades nele proclamados.

É preciso, pois, que o Estado, **ao magnificar e valorizar** o significado real **que inspira** a Declaração Universal dos Direitos das Pessoas Humanas, **pratique**, sem restrições, sem omissões e sem tergiversações, **os postulados** que esse extraordinário documento de proteção internacional **consagra** em favor **de toda** a humanidade.

Torna-se essencial, portanto, **ter consciência** de que se revela inadiável conferir real efetividade, **no plano interno**, aos compromissos internacionais **assumidos** pelo Estado brasileiro **em tema** de direitos humanos, **aqui compreendidos** os direitos dos Povos Indígenas, **tais como consagrados** em documentos promulgados sob os auspícios da Assembléia Geral da ONU e, sobretudo, no texto **de nossa própria** Constituição.

A questão dos direitos essenciais da pessoa humana - **precisamente** porque o reconhecimento de tais prerrogativas **funda-se** em consenso verdadeiramente universal ("*consensus omnium gentium*") - **não mais constitui** problema de natureza filosófica **ou** de caráter

meramente teórico, **mas representa**, isso sim, **tema fortemente impregnado** de significação política, **na medida** em que se torna fundamental e inadiável instituir meios destinados a protegê-los, **conferindo-lhes** efetividade e exeqüibilidade no plano das relações entre o Estado e os indivíduos.

É esse, pois, **o grande desafio** com que todos - governantes e governados - **nos defrontamos** no âmbito de uma sociedade democrática: **extrair**, das declarações internacionais e das proclamações constitucionais de direitos, **a sua máxima eficácia**, em ordem a tomar possível **o acesso** dos indivíduos e dos grupos sociais a sistemas institucionalizados de proteção aos direitos fundamentais da pessoa humana.

Há a considerar, de outro lado, Senhor Presidente, **agora na perspectiva** dos problemas **que hoje comprometem** o adequado funcionamento do aparelho judiciário do Estado, **a existência** de situações responsáveis pela verdadeira **crise de funcionalidade** que vem afetando, de maneira sensível, **a normalidade** dos trabalhos desenvolvidos pelo Tribunal, **hoje assoberbado** por um volumoso índice de processos e de recursos. **A gravidade** dessa situação de crise **constitui** um dos tópicos de reflexão concernentes à presente agenda

política nacional, **em cujo contexto** se buscam novas fórmulas **que não só viabilizem** o acesso integral de todos às diversas instâncias judiciárias, **mas que incidam** sobre as causas geradoras do congestionamento do aparelho judiciário, **com o conseqüente efeito de atribuir celeridade** aos processos em curso perante juízes e Tribunais.

Todas essas reformas, portanto, **mais** do que um simples problema de ordem técnica **ou** de caráter burocrático, **representam**, no plano político-institucional, um fator decisivo **para o pleno exercício** da cidadania em nosso País, **a significar** que a questão **pertinente** à reforma da Justiça **constitui** tema que envolve, **de modo solidário**, a responsabilidade **de todos**, tanto dos Poderes da República quanto das instituições da sociedade civil e dos próprios cidadãos.

A crise de funcionalidade que hoje incide sobre o aparelho judiciário brasileiro representa situação **extremamente** grave, que, **além de comprometer** a regularidade do funcionamento dos corpos judiciários, **pode propiciar** a formação de condições objetivas que culminem por afetar - **ausente** a necessária base de credibilidade

institucional - o **próprio** coeficiente de legitimidade político-social do Poder Judiciário.

Tenho, por isso mesmo, **como inteiramente pertinentes e dignas de toda a reflexão**, Senhor Presidente, recentíssimas observações feitas pelo eminente Professor JOAQUIM FALCÃO a propósito da questão judiciária:

"É do interesse nacional que um dos campos para a reforma da administração da Justiça, além do próprio Poder Judiciário, seja, justamente, o Poder Executivo - municipal, estadual ou federal. O atual modelo permite que os Executivos transfiram custos orçamentários e custos de legitimidade política para e através do Poder Judiciário. Estimula uma cultura de judicialização do déficit público. A estatização da pauta do Judiciário, o financiamento compulsório invisível dos tesouros, verdadeiros impostos recônditos, através dos depósitos judiciais e dos precatórios, são alguns dos exemplos destas práticas. Necessitam ser corrigidos. Mais do que uma estratégia processual do Executivo, trata-se de verdadeira cultura antidemocrática de veladas transferências de ineficiências. Necessita-se, pois, de mobilização política e imaginação institucional para corrigir estes rumos. Sem o que o interesse nacional não progride." (grifei)

O processo **não pode** ser manipulado para viabilizar o abuso de direito, **especialmente** quando praticado por órgãos e agentes do Poder Público, **pois** essa é uma idéia que se revela frontalmente

contrária ao dever de probidade que se impõe à observância das partes, **quaisquer** que sejam.

A **questão** do Poder Judiciário, que se revela **impregnada** de forte componente político-institucional, **é demasiadamente importante** para ser **apenas** discutida pelos operadores do Direito. **É por tal razão** que se impõe a **ativa** participação **de todos** os cidadãos e instituições da sociedade civil nesse debate, **pois** a possibilidade **de ampla** reflexão social **em torno** da questão judiciária - **que hoje constitui dado revelador da própria crise do Estado** -, além de dar significado real à fórmula democrática, **terá a virtude** de atribuir **plena e essencial** legitimação aos processos destinados a superar os *deficits* crônicos **que tanto inviabilizam** o regular funcionamento do Poder Judiciário.

Estes, Senhor Presidente, **são alguns** dos graves desafios que Vossa Excelência **irá enfrentar** no biênio que hoje se inicia.

Para tanto, Senhor Ministro GILMAR MENDES, eminente Presidente do Supremo Tribunal Federal, **não** lhe faltam títulos **nem** competência e qualificação, para, **juntamente** com os demais Poderes da

República, **formular** soluções, **adotar** decisões e **implementar** medidas que efetivamente permitam superar **os gravíssimos** problemas com que se defronta, **hoje**, o sistema judiciário nacional, **especialmente em relação** à questão da celeridade dos processos judiciais e da resolução dos litígios em tempo socialmente adequado.

Ninguém ignora, porque de conhecimento geral, **os altos predicados** do eminente Ministro GILMAR MENDES **como** grande jurista e doutrinador constitucional, **revelados** ao longo de brilhante carreira acadêmica como professor universitário e notável pensador do Direito, **responsável**, nessa condição, **pela formulação teórica** das bases doutrinárias que dão suporte, no âmbito legislativo e na esfera jurisprudencial, ao processo de construção e aperfeiçoamento dos mecanismos de controle de constitucionalidade, **que representam**, hoje, **não apenas** no Brasil **mas** no plano de direito comparado, um dos mais complexos e engenhosos sistemas de fiscalização jurisdicional de constitucionalidade das leis e atos do Poder Público.

Essa especial inclinação e esse particular interesse intelectual pelos processos constitucionais **já** se mostravam presentes nas anteriores atividades profissionais do eminente Ministro GILMAR MENDES, como Procurador da República, como Subchefe para Assuntos

Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República e, finalmente, como Advogado-Geral da União.

O Ministro GILMAR MENDES **teve ativa participação** em Comissões, que, **instituídas** para deliberar sobre matéria constitucional, **elaboraram** estudos e anteprojetos de lei referentes ao processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade, da ação declaratória de constitucionalidade e da argüição de descumprimento de preceito fundamental, **que serviram de base** à aprovação, pelo Congresso Nacional, de proposições legislativas **que se transformaram** nas importantíssimas e vigentes Leis nº 9.868/99 e nº 9.882/99.

Mais do que isso, o eminente Ministro GILMAR MENDES - **que tem desenvolvido** intensa atividade docente (como professor, orientador de mestrado e de monografias, membro de bancas examinadoras de dissertação de Mestrado e de teses de doutorado), **tanto quanto** atividades acadêmicas (como membro de importantes instituições, como a Academia de Direito Internacional e Economia, a Academia Brasileira de Letras Jurídicas, o Instituto Brasiliense de Direito Público, a Academia Mato-grossense de Letras, dentre outras), **a que se soma** uma vasta produção intelectual na área jurídica, como

estudos sobre teoria da legislação, interpretação constitucional, reforma constitucional e reforma do Judiciário, **além de seus importantes livros** sobre controle de constitucionalidade, jurisdição constitucional, direitos fundamentais, arguição de descumprimento de preceito fundamental e, **mais recentemente**, o seu valioso "**Curso de Direito Constitucional**", este em co-autoria com os Professores Inocêncio Mártires Coelho e Paulo Gustavo Gonet Branco - **também teve decisiva participação**, ao lado de eminentes juristas, como Ives Gandra da Silva Martins, Sálvio de Figueiredo Teixeira, Ives Gandra Filho e Ruy Rosado de Aguiar, **na elaboração** de propostas de emenda constitucional e de projetos de lei **que se converteram**, posteriormente, **em Emendas à Constituição** (sobre a ação declaratória de constitucionalidade e a instituição dos Juizados Especiais Federais) e **em diplomas legislativos** sobre outros temas de alto relevo jurídico e social.

Nada mais adequado, portanto, **do que ter**, agora, **na Presidência** do Supremo Tribunal Federal, um grande jurista e formulador de idéias e propostas novas na área constitucional, **como** o eminente Ministro GILMAR MENDES, **ainda mais se se tiver presente** que esta Corte Suprema **foi especialmente incumbida** da proteção da integridade e da defesa da supremacia da ordem constitucional.

Defensor da Constituição - e seu maior intérprete -, o Supremo Tribunal Federal dela extrai os seus poderes, nela encontra a gênese de sua criação e dela faz derivar, também, a legitimidade e a autoridade inquestionáveis de suas decisões, que a todos os Poderes e instituições obrigam, a todas as pessoas e formações sociais vinculam, porque representam, na imperatividade de que se revestem tais julgamentos, a manifestação mais expressiva da hegemonia e do primado **absolutos** da ordem constitucional.

Dessa relevante função institucional do Supremo Tribunal Federal - **certamente a mais significativa** de todas quantas se incluem na esfera de sua competência e de seus poderes - **tem nítida percepção** o eminente Ministro GILMAR MENDES, **cuja atuação** nesta Corte, **ao longo** dos (poucos) anos de sua já brilhante judicatura, é bem um fato revelador dessa grave preocupação que lhe inquieta, permanentemente, o espírito de magistrado e de cultor responsável do Direito.

A admiração dos seus pares, o respeito de todos os seus jurisdicionados, a cordialidade no convívio ameno com que nos distingue a todos, a integridade moral em cada passo de sua vida

pessoal e profissional e a seriedade de sua erudita criação intelectual -, **eis aí**, Senhoras e Senhores, **as virtudes** de um verdadeiro Magistrado e de um homem exemplar **que honra** a Suprema Corte a que pertence **e que é fiel**, no desempenho do seu cargo judiciário, às mais caras tradições desta Augusta Casa.

Tenho plena convicção, eminente Senhor Ministro GILMAR MENDES, de que o Supremo Tribunal Federal - **sob o permanente e qualificado estímulo intelectual** de Vossa Excelência - **aprofundará** a percepção de que precisa, **cada vez mais**, desenvolver e consolidar uma consciência crítica sobre a realidade social **e** as práticas institucionais deste País, **em ordem a viabilizar**, no tema sensível dos direitos humanos **e** da democracia constitucional, **uma práxis libertadora**, que abra caminho e intensifique o sentido real das garantias básicas que amparam e resguardam os cidadãos, **notadamente** aqueles que compõem os grupos vulneráveis, **protegendo-os** da opressão do poder **e** do estigma da exclusão social e jurídica.

Mais do que isso, Senhor Presidente, esta Suprema Corte, **sob a liderança** de Vossa Excelência, **haverá de continuar pautando** a sua atuação - **permanentemente** imune a confessionalismos, a fundamentalismos e a dogmatismos, **que tanto oprimem** o pensamento **e**

sufocam o espírito - **pelo elevado sentido ético** do pluralismo, da diversidade e da alteridade, **dando prevalência** ao respeito pelo Outro, pelo diferente, por aquilo **com que não** concordamos, **estimulando e praticando** a crença de que, **na visão** da totalidade, há de **sempre** haver espaço para o Outro e para o dissenso, pois **somente** esse sentimento de respeito pelo Outro, por suas diferenças e por idéias das quais divergimos traduzirá uma prática jurisdicional **essencialmente** democrática e **verdadeiramente** libertadora, que repudia o "ethos" da dominação, que atribui relevo à "voz do outro" e que dá significado efetivo às medidas que rejeitam e que dizem não - sempre na perspectiva generosa dos direitos fundamentais da pessoa humana - **a condutas discriminatórias**, não importando **que se trate**, porque igualmente odiosas e inaceitáveis, de discriminação étnica, de discriminação social, de discriminação de gênero, de discriminação por orientação sexual, de discriminação de índole confessional **ou**, ainda, **de quaisquer** outros atos, **advindos** do Poder Público **ou** de meros particulares, **que afetem**, comprometam, restrinjam **ou** busquem suprimir a prática de outras prerrogativas essenciais, tais como os direitos sexuais e reprodutivos da Mulher e o exercício pleno, sem arbitrárias limitações, da liberdade de pesquisa científica, pois, como todos sabemos, desde Galileu e Copérnico, a Terra se move e não mais é o centro do Universo!!!

Por isso mesmo, é pleno de significação este momento em que esta Corte, **solenemente** reunida em sessão especial, **empossa**, hoje, **no cargo** de Presidente, o eminente Ministro GILMAR MENDES, **que é o primeiro** filho do grande Estado de Mato Grosso **a assumir** a Presidência do Supremo Tribunal Federal.

Registro, ainda, Senhor Presidente, **o fato auspicioso** de Vossa Excelência **poder contar** com o apoio seguro e competente do eminente Ministro CEZAR PELUSO que, **para honra** desta Corte, **exercerá** o cargo de Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Tenho certeza, Senhor Presidente, **considerados** os atributos **que realçam** a figura do Ministro CEZAR PELUSO, de que, **ao seu lado**, está um Juiz dotado **de elevada** qualificação **e de irrecusável** fidelidade à causa da Justiça.

O ilustre Ministro CEZAR PELUSO, que foi Desembargador do E. Tribunal de Justiça paulista, **desenvolveu** brilhante carreira judiciária no Estado de São Paulo, **onde exerceu** o magistério superior, **sempre merecendo**, de todos, **respeito e reconhecimento** por suas altas virtudes como uma figura eminente do Poder Judiciário, **e**

que se tem destacado, com particular brilho, por seu talento e sólida formação jurídica, **como um dos grandes** Juízes desta Suprema Corte.

Quero apresentar, ainda, Senhor Presidente, **em gesto** de especial saudação, **os cumprimentos respeitosos** desta Corte Suprema **à sua digníssima esposa**, Doutora Guiomar Feitosa Albuquerque Lima Mendes e aos filhos Laura e Francisco Schelder Mendes, **bem assim** à Doutora Lúcia de Toledo Piza Peluso, às Senhoras Glaís e Luciana Toledo Piza Peluso, **digníssimas** esposa e filhas do eminente Ministro CEZAR PELUSO, e **à sua querida** neta Manuela Peluso Marques, **com quem temos o privilégio de partilhar** este momento tão expressivo em suas vidas e tão pleno de significação na história do Supremo Tribunal Federal.

Concluo este pronunciamento, Senhor Presidente. **E**, ao fazê-lo, **tenho a honra de saudar**, **em nome** do Supremo Tribunal Federal, Vossa Excelência, Senhor Ministro GILMAR MENDES, e o eminente Senhor Vice-Presidente, Ministro CEZAR PELUSO, **desejando-lhes** uma gestão eficiente e **estendendo-lhes** a solidariedade de nosso integral apoio **na resolução** dos problemas e **na superação** dos desafios, **notadamente** daqueles representados pela adoção, em comunhão com os demais Poderes da República, **das medidas que permitam estabelecer**, no contexto da reforma judiciária, em nosso País, **um sistema de administração** da

Justiça **que se revele processualmente** célere, **tecnicamente** eficiente, **politicamente** independente **e socialmente** eficaz.
